

AUXÍLIOS À PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO CONCEDIDOS PELA FAPESP (1992-2015): PANORAMA SEGUNDO INSTITUIÇÕES SEDE E PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

GOMES, Erasmo José¹
GRANDE, Márcia Mazzeo¹

Recebido em: 2018.05.09

Aprovado em: 2018.08.24

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.2977

RESUMO: O presente trabalho, baseado em documentação indireta, de caráter descritivo, traça um panorama acerca dos auxílios a projetos de pesquisa regulares concedidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) à área de Administração ao longo do período 1992-2015. Buscou-se evidenciar a participação relativa da referida área frente às demais áreas do conhecimento apoiadas pela Fundação, assim como identificar e caracterizar as instituições sede e pesquisadores contemplados com esses auxílios. As principais evidências apontam para a reduzida participação da área Administração, no total de auxílios a projetos de pesquisa regulares, concedidos pela FAPESP ao longo do período analisado. Dados complementares obtidos pelo presente estudo permitem inferir, no entanto, que tal situação, em certa medida, parece refletir a própria dinâmica de produção de conhecimento da área, associada à baixa demanda por auxílios por parte da comunidade de pesquisadores da área com potencial para se beneficiar de tal apoio, conforme refletido no Indicador de Acesso Docente aos auxílios à pesquisa FAPESP, construído no âmbito de presente trabalho. Ainda que a FAPESP reconhecidamente desfrute de importância ímpar no cenário nacional de financiamento à pesquisa, não foram identificados trabalhos semelhantes a este na literatura pesquisada. Assim, o presente trabalho, ao suprir essa lacuna, se constitui em uma contribuição original para a área.

Palavras-chave: FAPESP. Auxílio a projeto de pesquisa regular. Administração. Política científica e tecnológica.

RESEARCH GRANTS IN BUSINESS ADMINISTRATION SUPPORTED BY SÃO PAULO RESEARCH FOUNDATION (1992- 2015): AN OVERVIEW BY HOST INSTITUTIONS AND RESEARCHERS

SUMMARY: This paper, based on indirect documentation, provides an overview about the about the regular research grants supported by the São Paulo Research Foundation (FAPESP) to the Business Administration area over the period 1992-2015. We sought to highlight the relative share of that area compared to the other areas of knowledge supported by the Foundation, as well as identify and characterize the institutions and researchers awarded. The main evidence points to reduced participation of the Administration area in total number for regular research projects granted by FAPESP throughout the period analyzed. Complementary data obtained by this study allow us to conclude, however, that such a situation to some extent, seems to reflect the dynamics of knowledge production in the area, associated with low demand for grants by the community of researchers with the potential to benefit from such support, as reflected in the Index built in the present study. Although FAPESP admittedly enjoys an great mportance in the national scenario of research funding, no similar work was identified in the literature. Thus, the present work, by filling this gap, constitutes an original contribution to the area.

Keywords: FAPESP. Regular research grants. Business .Administration. Science and technology policy

INTRODUÇÃO

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é uma das mais importantes agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do País, seja pelo volume de recursos financeiros

¹ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - FEARP
Universidade de São Paulo - USP

envolvidos na sua atividade fim, seja pela própria relevância da comunidade de pesquisa para a qual direciona seus esforços e recursos. A Fundação apoia todas as áreas do conhecimento, por meio de diversos programas e modalidades, sendo reconhecida, dentre outros atributos, pelo exigente e elevado rigor acadêmico e científico utilizado nos seus critérios de concessão de apoio financeiro à pesquisa.

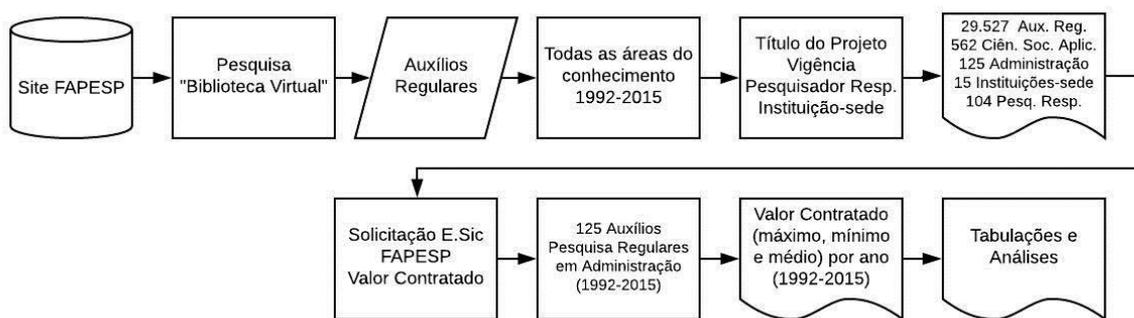
Considerando a relevância da Fundação para o desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas levadas a efeito pelas instituições localizadas no Estado de São Paulo, o objetivo do presente trabalho consiste em traçar um panorama acerca dos auxílios a projetos de pesquisa regulares concedidos pela FAPESP à área do conhecimento “administração” ao longo do período 1992-2015. Pretende-se evidenciar a participação relativa da referida área frente às demais áreas do conhecimento apoiadas pela Fundação, assim como identificar as instituições sede e pesquisadores contemplados com esses auxílios.

Por oportuno cabe mencionar que, não obstante a FAPESP reconhecidamente desfrute de importância ímpar no cenário nacional de financiamento à pesquisa, não foram identificados trabalhos semelhantes a este na literatura pesquisada. Assim, o presente trabalho, ao suprir essa lacuna, se constitui em uma contribuição original para a área.

Para cumprir com o objetivo pretendido, o presente trabalho está estruturado em seis seções, incluindo esta primeira seção, de caráter introdutório. Na segunda seção são descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do estudo. Na terceira, são apresentados os antecedentes históricos e realizada uma breve contextualização da pesquisa e da produção do conhecimento em administração no Brasil e no mundo. Na quarta é apresentada a FAPESP e seus programas operacionais. Na quinta seção são apresentados os resultados obtidos pela presente pesquisa e, na sexta, e última, as considerações finais.

1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Utilizando-se a classificação de Lakatos e Marconi (1992, p.43) quanto aos procedimentos técnicos utilizados para obtenção dos dados, o presente estudo foi realizado por meio de documentação indireta, composta por pesquisa bibliográfica e documental. Assim, no tocante à pesquisa documental indireta, a principal fonte de consulta utilizada consistiu na base de dados sobre os auxílios regulares a projetos de pesquisa concedidos pela FAPESP entre 1992 e 2015, disponível no próprio site institucional da Fundação, utilizando-se a opção “Biblioteca Virtual”. Para tanto, foram utilizados os seguintes filtros: Área do conhecimento [Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências da Saúde; Engenharias; Interdisciplinar; Linguística, Letras e Artes] > Auxílios à Pesquisa [Auxílios Regulares] > Instituição [todas] > Situação [concluídos]. Complementarmente, foram ainda utilizados dados fornecidos pela FAPESP, obtidos mediante solicitação ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão do Governo do Estado de São Paulo (SIC.SP), relativos aos valores contratados dos auxílios à pesquisa regulares concedidos pela Instituição. Os dados foram tabulados, com auxílio de técnicas de estatística descritiva básica, de forma a evidenciar o panorama dos auxílios a projetos de pesquisa regulares concedidos pela FAPESP entre 1992 e 2015, com destaque para a área Administração. Na Figura 1 são representados os procedimentos de pesquisa para obtenção dos dados sobre Auxílios Regulares à Pesquisa FAPESP (1992-2015).

Figura 1 - Procedimentos de Pesquisa

Fonte: Elaboração própria

1.1 A área de administração no Brasil: antecedentes e contexto atual

A presente seção traça um breve panorama dos antecedentes históricos da institucionalização e evolução da área de administração no País, bem como contextualiza algumas das especificidades da área relacionadas à pesquisa e a produção de conhecimento em administração no Brasil e no mundo.

Um dos pioneiros em tratar da institucionalização da administração profissional no Brasil foi Luiz Carlos Bresser-Pereira, em seu livro, publicado em 1968, denominado “Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1967” (BRESSER-PEREIRA, 1968). Na análise que realiza, o autor atribui o surgimento da administração no País, enquanto campo de atuação profissional e também como fenômeno social, ao intenso processo de industrialização por que passou o Brasil entre as décadas de 1930 e 1960. Nesse aspecto o autor menciona que

No Brasil [...], a necessidade desse pessoal de nível médio [referindo-se às funções de interface entre a alta direção das empresas e o ‘chão de fábrica’], especialmente dos administradores, surgiu muito abruptamente. Resultou daí, uma grande falta de administradores de nível médio, tecnicamente capacitados, para participar das grandes empresas que surgiam, dada a inexistência de instituições adequadas para realizar seu treinamento (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 97).

De acordo com Pinto e Motter Junior (2012, p. 2),

A Era Vargas imprimiu uma série de mudanças estruturais com ênfase, principalmente, nas bases do desenvolvimento do Brasil e na industrialização orientada pelo Estado. Por isso, essa fase foi de fundamental importância para o desenvolvimento da Administração no Brasil, tanto na área pública quanto na área privada, uma vez que o país demandava por profissionais qualificados para atuarem na complexidade crescente dos órgãos estatais e no crescimento das empresas privadas.

No tocante ao surgimento das primeiras iniciativas de formação profissional de nível superior, como apoio ao processo de industrialização brasileira, em especial, na área da administração, Bresser-Pereira, no final dos anos de 1960, apontava que

As escolas de Economia e Contabilidade são relativamente novas no Brasil, e vieram atender às necessidades de pessoal de nível médio nas empresas e no Governo. Finalmente, as escolas de Administração de Empresas, recentemente surgidas,

constituíram-se na resposta mais específica a essa necessidade de formar administradores profissionais competentes no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 98).

No Quadro 1 são apresentados, de forma sintética, os principais eventos relacionados à institucionalização do ensino e pesquisa em administração e à regulamentação da profissão no Brasil.

Quadro 1- Principais eventos relacionados à institucionalização da profissão, ao ensino e pesquisa em Administração.

Nível	Ano	Evento
Ensino de Graduação	1941	Criação da Escola Superior de Administração de Negócios ESAN
	1946	Criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo
	1952	Criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro
	1954	Criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo
	1963	A FCEA/USP passa a oferecer os cursos de graduação em Administração de Empresas e de Administração Pública
	1991	É criada a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD, com o objetivo de incentivar e promover a melhoria do ensino por meio da troca de experiências entre os cursos de Administração.
Atividade Profissional	1965	Regulamentação da profissão de Administrador, com a promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965.
Pós-Graduação e Pesquisa	1967	Início do Mestrado Acadêmico em Administração FVG-RJ
	1973	É criada a ANPAD - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, a partir da iniciativa dos oito programas de pós-graduação <i>estricto sensu</i> então existentes no Brasil.
	1975	Início do Mestrado Acadêmico e Doutorado em Administração FEA-USP
	1977	Início do processo de avaliação dos programas de pós-graduação <i>estricto sensu</i> no país pela CAPES.
	1994	Início do Mestrado Profissional em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá.
	1998	Nova sistemática de atribuição de notas de 1 a 7, no lugar de conceitos de A a E, aos dos programas de pós-graduação <i>estricto sensu</i> no país pela CAPES.
	2016	Existência de 184 Programas de pós-graduação <i>estricto sensu</i> em administração, ciências contábeis e turismo, sendo 62 doutorados, 107 mestrados acadêmicos e 75 mestrados profissionais reconhecidos pela CAPES.

Fonte: Adaptado de Mascarenhas, Zambaldi e Moraes (2011), Histórico... (2013) e CAPES (2016).

O primeiro curso de graduação em administração teve lugar com a criação, em 1941, da criação da Escola Superior de Administração de Negócios ESAN, atualmente FEI Administração. Em 1946 registra-se a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo, atual FEA-USP. Cabe mencionar que é somente em 1963 que a mesma passa a oferecer o curso de graduação em administração.

Em 1952 tem-se a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e em 1954 a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. A regulamentação da profissão de Administrador deu-se em 1965, com a promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965.

Referindo-se a estruturação da pós-graduação *estricto sensu*, em geral, no país, Bertero, Caldas e Wood Jr. (1990, p. 149) afirmam que

O Brasil organizou pela primeira vez esta modalidade de pós-graduação no início da década de setenta, quando esforços governamentais federais levaram à criação de programas de mestrado e doutorado em universidades públicas e em algumas universidades privadas.

No que concerne especificamente à pós-graduação em administração e, conseqüente, à pesquisa na área, tem-se um marco importante em 1967, com o início do Mestrado Acadêmico em Administração pela FVG-RJ. Por seu turno, o primeiro curso de doutorado em administração no Brasil teve início em 1975 na FEA-USP.

Em 1977, tem-se outro marco institucional importante, qual seja, o início do processo de avaliação dos programas de pós-graduação estrito senso pela CAPES. Já em 1994, a Universidade Estácio de Sá, localizada no Rio de Janeiro, oferece o primeiro curso de Mestrado Profissional do País, em Administração e Desenvolvimento Empresarial.

Em 1998, a CAPES implanta nova sistemática de avaliação dos cursos, passando a atribuir notas de 1 a 7 ao invés de conceitos de A a E - vigente até os dias de hoje.

De acordo com CAPES (2016), no início de 2016, a área Administração (pública e de empresas), Ciências Contábeis e Turismo, contava com 184 Programas de pós-graduação estrito senso, sendo 62 doutorados, 107 mestrados acadêmicos e 75 mestrados profissionais reconhecidos pelo Órgão.

Destacados alguns dos marcos relevantes da institucionalização do ensino superior, incluindo a pós-graduação, em administração, convém abordar algumas especificidades relacionadas à pesquisa e a produção de conhecimento nesta área no Brasil e no mundo.

De acordo com Cooper e Schindler (2001, p. 33), a pesquisa em administração pode ser definida como sendo uma “[...] investigação sistemática que fornece informações para orientar as decisões empresariais”. No tocante ao objeto da pesquisa em administração, Fontanini (2011, p. 916), aponta que “[...] a pesquisa em administração [...] geralmente trabalha com assuntos relacionados a comportamento, desempenho, satisfação, estratégia, entre outros”. Já, segundo Jabbour, Santos e Barbieri (2008, p. 691),

A produção acadêmica em administração no Brasil passou por profundas transformações, dentre as quais se destaca seu significativo incremento quantitativo, principalmente durante a década de 1990. Tal crescimento foi fomentado pela expansão dos cursos de pós-graduação em administração e pelo exercício de maior pressão da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior [CAPES], no sentido de estimular a produção acadêmica e sua divulgação sistemática em periódicos de excelência e abrangência nacional.

Não obstante, autores como Mascarenhas, Zambaldi e Morais (2011, p. 267), são críticos em relação à produção científica da área e argumentam que “[...] nossas práticas científicas vêm privilegiando o rigor [acadêmico], em detrimento da relevância [dos seus resultados para a sociedade]”. Já, autores como Bertero, Caldas e Wood Jr. (1990, p. 148), são ainda mais incisivos ao apontarem que a produção nacional em administração “[...] é periférica, epistemologicamente falha, metodologicamente deficiente, sem originalidade e prática, em grande escala, mimetismo mal informado”.

1.2 Índice H: a posição do Brasil na área de negócios, administração e contabilidade

O Índice-H é um indicador de qualidade e relevância na produção científica. Consiste em relacionar o número de publicações científicas com o número suas citações, tornando-se um parâmetro avaliativo de um autor. Tem como vantagem a simplicidade e objetividade, resumindo em um único número a produtividade e a relevância do trabalho científico. O Índice-H de um pesquisador é obtido pelo número

de artigos publicados por ele que tenham citações de número igual ou maior a este número. Por exemplo, um Índice-H 8 significa que um autor tem, no mínimo, 8 artigos publicados e estes receberam pelo menos 8 citações cada um. O grupo de pesquisa SCImago, do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), Universidade de Granada, Extremadura, Carlos III (Madrid) e Alcalá de Henares, dedicado à análise, representação e recuperação de informação através de técnicas de visualização, calcula o Índice-H para países, em vez de pesquisadores individuais. Na Tabela 1 é apresentado o Índice-H para o Brasil, em comparação com terceiros países, na primeira e última posições, para o período 1996-2017, para todas as áreas do conhecimento e para negócios, administração e contabilidade.

Tabela 1 - Índice-H para o Brasil, em comparação com terceiros países, na primeira e última posições, para o período 1996-2017.

Área do Conhecimento	País	Documentos Citáveis	Citações por Documento	Índice H	Posição no Ranking de Países Índice H
Todas as áreas	Estados Unidos	9.875.662	24,25	2077	1
	Brasil	794.371	4,29	76	31
	Heard Island and McDonald Islands	2	4,00	1	239
Negócios, administração e contabilidade	Estados Unidos	245.190	21,33	605	1
	Brasil	12.055	10,44	489	24
	Djibouti	3	0,00	0	216

Fonte: elaboração própria com base em Jcimago (2018)

Considerando-se todas as áreas do conhecimento, o maior índice-H foi apresentado pelos Estados Unidos (EUA), com 2.077, ocupando, assim, a primeira posição no ranking de países. Por sua vez, o Índice-H apresentado pelo Brasil foi 76, colocando-o na 31ª posição no ranking de países. Já, o menor Índice-H foi verificado para Heard Island e McDonald Islands, território Australiano, com Índice-H igual a um, ocupando a última posição do ranking, qual seja, de número 239. Já, especificamente, em relação à área de negócios, administração e contabilidade, o Brasil ocupa a 24ª posição, com índice-H 489. O maior Índice-H observado foi dos Estados Unidos, com 605, e o menor, da República do Djibouti, no nordeste de África, com Índice H igual a zero, ocupando, assim, a última posição do ranking de países, ou seja, de número 216. Em síntese, verifica-se que o Brasil, ainda que não ocupe as primeiras posições no ranking de países para os dois Índices-H, geral e para negócios, administração e contabilidade, encontra-se posicionado, em ambos os casos, nos primeiros quartis. Ademais, observa-se que a distância do Brasil em relação à primeira posição do Índice-H do ranking de países para todas as áreas do conhecimento (76 para 2.077) é maior do que para a área de negócios, administração e contabilidade (489 para 605). Digno de nota também é o número de documentos citáveis² apresentado pelos Estados Unidos, país que ocupa a primeira posição do ranking de Índice-H de países. Considerando todas as áreas do conhecimento, os EUA

² Trata-se do número de artigos publicados num determinado período de tempo por um periódico da base *Scopus*. Não são considerados artigos citáveis: editorial, resenha, indicações bibliográficas, caso de ensino, indicação bibliográfica entre outros.

apresentam um total de 9.875.662 documentos citáveis, contra 794.371 documentos apresentados pelo Brasil, o que representa apenas 8% do total de documentos daquele País. No caso da área de negócios, administração e contabilidade, os EUA apresentam 245.190 documentos citáveis contra 12.055 apresentados pelo Brasil, ou seja, apenas 4,9% do total contabilizado pelos EUA. Ou seja, há uma distância considerável entre os dois países em termos de produção científica expressa pelo número de documentos publicados.

Com efeito, como poderá ser verificado mais adiante, tal situação de baixa participação relativa na área, encontra paralelo no que se refere ao acesso pela comunidade paulista de pesquisa na área de administração aos recursos da FAPESP. A seção que segue realiza uma breve apresentação institucional da Fundação e sua forma de atuação.

1.3 A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) foi instituída pela Lei nº 5.918, de 18 de outubro de 1960 e teve seu estatuto aprovado pelo Decreto nº 40.132, de 23 de maio de 1962. Conforme determinação constitucional, a Fundação recebe 1% da receita tributária do Estado para o cumprimento das suas finalidades. De acordo com a lei que a criou, a Fundação não pode destinar mais que 5% do seu orçamento a despesas administrativas (FAPESP, 2012, p.xv). No período compreendido entre 1992 e 2015, as transferências do tesouro estadual para a FAPESP foram da ordem de 20 bilhões de reais¹ (FAPESP, 2017b).

A FAPESP constitui-se em uma das principais agências de fomento à pesquisa científica no Brasil, apoiando a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia. O fomento oferecido pela Fundação se pauta por três objetivos: formação de recursos humanos, apoio à pesquisa acadêmica e apoio à pesquisa voltada a aplicações (FAPESP, 2012, p.xv). Para a consecução desses objetivos,

[...] a Fundação concede bolsas e auxílios a projetos de pesquisa desenvolvidos por pesquisadores no Estado de São Paulo, vinculados a instituições de ensino superior ou de pesquisa, públicas e privadas. As bolsas e os auxílios são contratados no âmbito de programas, distribuídos em três linhas de fomento: Linha Regular (ou Programa Regular), Programas Especiais e Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica. A Linha Regular apoia projetos de pesquisa e a formação de pesquisadores. Os Programas Especiais apoiam a infraestrutura de pesquisa no estado e incentivam a expansão de novas áreas de investigação. Os Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica apoiam projetos de pesquisa orientados a aplicações, muitas vezes realizados em pequenas empresas ou em colaboração entre universidades e institutos e empresas, ou ainda por órgãos e instituições gestoras de políticas públicas (FAPESP, 2012, p. xv).

No Quadro 2 é relacionado apenas a Linha Regular ou Programa Regular FAPESP, e respectivas modalidades, pelo fato de residir neste o interesse central do presente trabalho, em especial, em 1.2 Auxílios Regulares à Pesquisa; 1.2.1 Auxílios a Projetos de Pesquisa (APq); 1.2.1.1 Regulares (APq-R); direcionados para a área Administração (APq-R-Adm.).

Quadro 2 - Linha ou Programa Regular FAPESP e respectivas modalidades.

Programa	Modalidades		
1. Linha Regular ou Programa Regular	1.1 Bolsas	1.1.1 No Brasil	Iniciação Científica e/ou Tecnológica Mestrado Doutorado Doutorado Direto Pós-Doutorado
		1.1.2 No Exterior	Pesquisa Novas Fronteiras Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior
	1.2 Auxílios Regulares à Pesquisa (ARP)	1.2.1 Auxílios a Projetos de Pesquisa (APq)	Auxílio à Pesquisa - Regular (APq-R)
			Projetos Temáticos
		1.2.2 Organização de Reunião Científica ou Tecnológica	Escola São Paulo de Ciência Avançada
		1.2.3 Vinda de Pesquisador Visitante	
		1.2.4 Participação em Reunião Científica ou Tecnológica	
		1.2.5 Publicações Científicas	
	1.2.6 Reparo de Equipamentos		

Fonte: Adaptado de FAPESP (2012, p.xxxii)

A modalidade Auxílio à Pesquisa Regular (APq-R) oferece financiamento para projetos de pesquisa individuais a serem desenvolvidos sob a responsabilidade de um Pesquisador Responsável, com título de doutor ou qualificação equivalente avaliada por sua súmula curricular, vinculado a entidades de ensino superior e pesquisa, públicas ou privadas, no Estado de São Paulo (FAPESP, 2014). E ainda,

O Auxílio à Pesquisa Regular financia a compra de equipamentos e materiais permanentes, materiais de consumo, participação em conferências científicas, serviços de terceiros de caráter eventual e diretamente ligados à pesquisa e bolsas de treinamento técnico para apoiar projeto de pesquisa individual do Pesquisador Responsável (FAPESP, 2014).

A Fundação tem, assim, exercido ao longo de sua história papel preponderante no financiamento da pesquisa científica no Estado de São Paulo. No período compreendido entre 1992 e 2015, a FAPESP desembolsou cerca de 7,9 trilhões de reaisⁱⁱ para a linha regular de auxílio à pesquisa (FAPESP, 2017a). Contudo, esse montante de recursos não foi igualmente distribuído entre todas as áreas do conhecimento. Há assimetrias significativas na destinação de recursos, segundo as diversas áreas do conhecimento, como será apresentado na seção que segue.

2 RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos pela presente pesquisa no que se refere aos auxílios a projetos de pesquisa regulares (APq-R) concedidos pela FAPESP no período 1992-2015.

No Gráfico 1 é apresentada a evolução do número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) concedidos pela FAPESP entre 1992 e 2015 em todas as áreas do conhecimento.

Gráfico 1 - Evolução do número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) FAPESP 1992-2015.



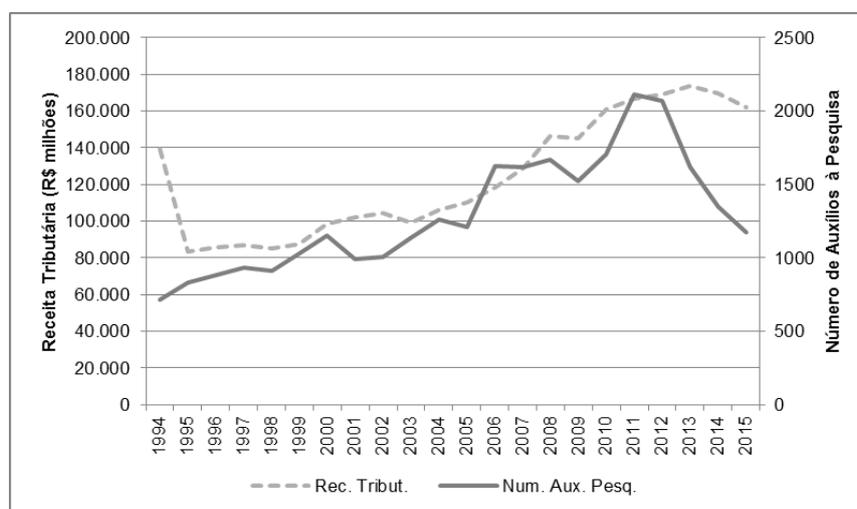
Fonte: Elaboração própria com base em FAPESP (2016a)

Ao longo do período em referência (1992-2015), a FAPESP concedeu um total de 29.527 Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R), o que representa, em média, 1.284 auxílios por ano ou 107 auxílios por mês.

De maneira geral, observa-se uma tendência ascendente no número de auxílios concedidos, embora com algumas oscilações, passando de 357 auxílios, em 1992, para 1.175, em 2015. Ou seja, ao longo da série histórica houve um acréscimo de, aproximadamente, 229% no número de auxílios em um intervalo de 23 anos. O maior número observado de concessões foi em 2011, atingindo 2.115 auxílios, representando 7,2% do total de auxílios.

No Gráfico 2 são representados a evolução da Receita Tributária do Estado de São Paulo entre 1994 e 2015 e do número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) concedidos pela FAPESP no mesmo período.

Gráfico 2 - Receita Tributária do Estado de São Paulo e número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) concedidos pela FAPESP (1994-2015).



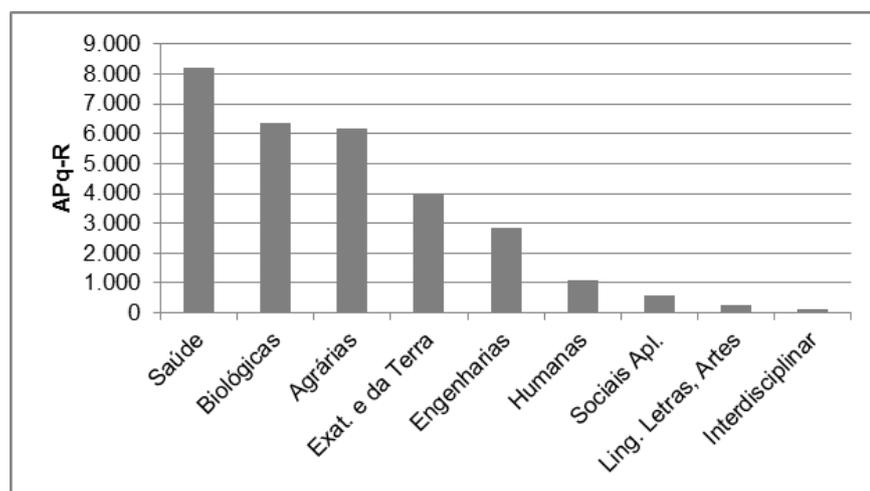
Fonte: Elaboração própria a partir de São Paulo (2017) e FAPESP (2016a)

Nota: Valores atualizados pelo IPCA/IBGE para dezembro de 2016.

Observa-se que, de maneira geral, o número de concessões de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) pela FAPESP entre 1994 e 2015 acompanhou o crescimento da Receita Tributária do Estado de São Paulo no mesmo período. Lembrando que a FAPESP, conforme determinação constitucional, recebe 1% da receita tributária do Estado para o cumprimento das suas finalidades. Isto justifica o decréscimo observado no número de fomentos à pesquisa a partir de 2014, quando a arrecadação do Estado sofre queda.

No Gráfico 3 é apresentado o número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) concedidos pela FAPESP entre 1992 e 2015, segundo nove grandes áreas do conhecimento.

Gráfico 3 - Número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) FAPESP 1992-2015, segundo grandes áreas do conhecimento.



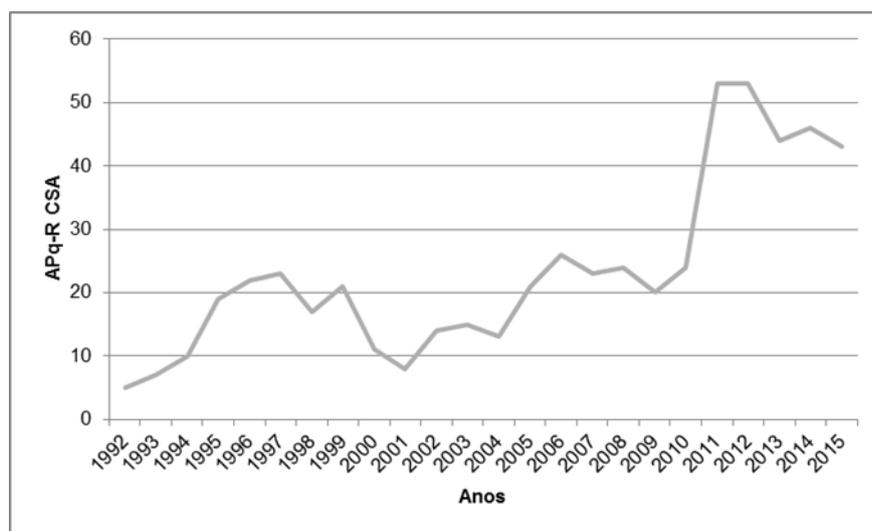
Fonte: Elaboração própria com base em FAPESP (2016a)

Ao longo do período em referência (1992-2015), a FAPESP concedeu um total de 29.527 Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) em todas as áreas do conhecimento. A grande área do conhecimento com maior número de auxílios concedidos no período foi Ciências da Saúde, com 8.223 (ou 27,8% do total), seguida por Ciências Biológicas, com 6.371 auxílios (ou 21,6%) e Ciências Agrárias, com 6.156 auxílios (ou 20,8%). Juntas, essas três grandes áreas responderam por 70,2% do total de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) concedidos pela FAPESP entre 1992-2015. Interessa ao presente trabalho destacar a área Ciências Sociais Aplicadas, na qual está inserida a área de administração, com 562 auxílios ou apenas 1,9% do total.

Em uma primeira análise, considerado os 23 anos abrangidos pela série histórica, nos parece bastante modesta a participação da comunidade de pesquisadores da grande área das Ciências Sociais Aplicadas na obtenção de auxílios à pesquisa concedidos pela FAPESP. Por outro lado, os pesquisadores das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas parecem bem mais ativos na captação de recursos para pesquisa junto à Fundação. Esse aspecto, especificamente para a área Administração, será abordado mais adiante, na Subseção 5.1, quando se apresenta o Indicador de Acesso Docente aos auxílios regulares à pesquisa concedidos pela FAPESP.

No Gráfico 4 é apresentado o número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP concedidos a grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas (APq-R CSA) entre 1992 e 2015.

Gráfico 4 - Número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP 1992-2015 concedidos à grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas (APq-R CSA).

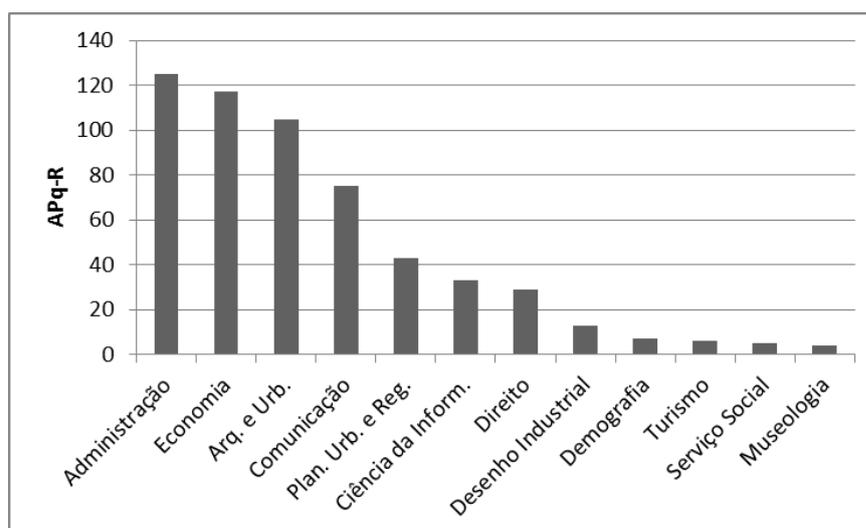


Fonte: Elaboração própria com base em FAPESP (2016a)

De maneira geral, observa-se um crescimento no número de concessões, ao longo do período em referência, embora com algumas inflexões. Este passou de 05 auxílios, em 1992, para 43, em 2015, ou seja, um acréscimo de, aproximadamente, 860%. Comparando-se com o Gráfico 1, referente ao número de auxílios à pesquisa em todas as áreas do conhecimento, observa-se tendência semelhante de crescimento para a grande área Ciências Sociais Aplicadas.

No Gráfico 5 é apresentado o número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP destinados a doze áreas relacionadas a grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas entre 1992 e 2015.

Gráfico 5 - Número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP 1992-2015, segundo áreas da grande área Ciências Sociais Aplicadas.



Fonte: Elaboração própria com base em FAPESP (2016a)

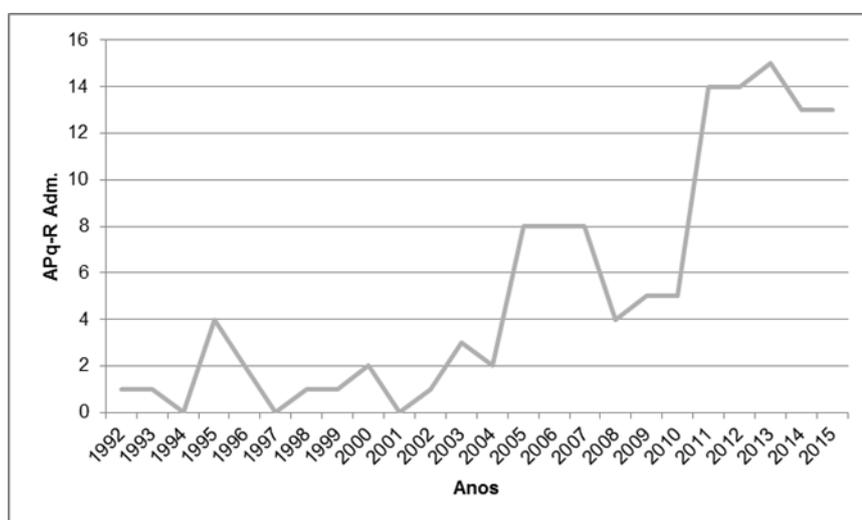
Desagregando-se a grande área Ciências Sociais Aplicadas, as áreas correlatas de destaque, ou seja, com maior número de concessões no período em análise foram: Administração, com 125 (ou 22,2%),

Economia, com 117 auxílios, (ou 20,8%). Segue-se Arquitetura e Urbanismo, com 105 auxílios (ou 18,7%) e Comunicação, com 75 auxílios, (ou 13,3% do total). Em termos acumulados, essas quatro áreas do conhecimento responderam por 75,1% dos Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares concedidos pela FAPESP no período 1992-2015 às áreas relacionadas à grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas (CSA).

Os dados a seguir apresentados referem-se à concessão de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP, especificamente para a Administração (APq-R Adm.), de modo a evidenciar o comportamento relativo da referida área em relação às demais áreas apoiadas pela Fundação.

No Gráfico 6 é apresentada a evolução, para o período 1992-2015, do número de concessões de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP para a área do conhecimento Administração (APq-R Adm.).

Gráfico 6 - Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.) no período 1992-2015.

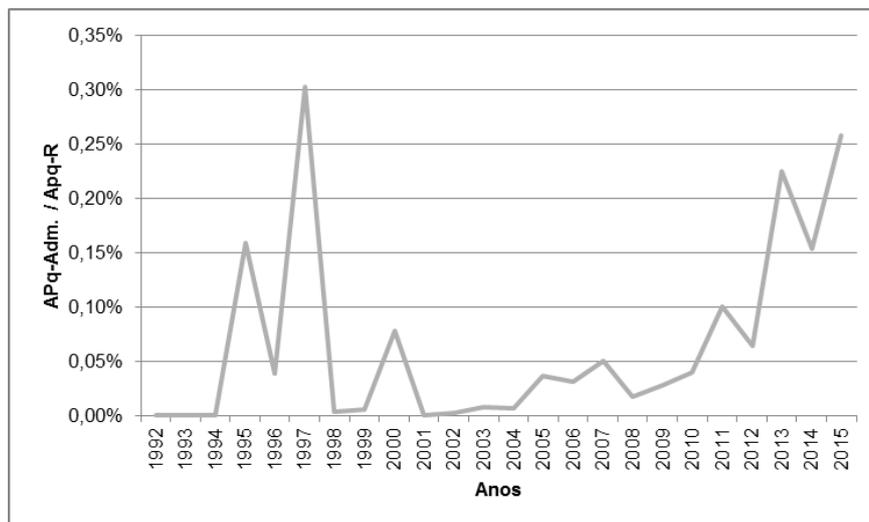


Fonte: Elaboração própria com base em FAPESP (2016a)

No total, foram concedidos pela FAPESP, no período em referência, 125 Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.), o que significa uma média de 0,65 auxílios por ano. De maneira geral, ainda que se observem algumas inflexões, a tendência é predominantemente ascendente, partindo de apenas um auxílio em 1992 para atingir seu ápice em 2013, com 15 concessões - o que representa um crescimento de 1.500%. Embora expressiva em termos relativos, em números absolutos a evolução observada é sobremaneira modesta - passando de um (em 1992) para 15 auxílios (em 2013) - quando comparada com outras áreas do conhecimento apoiadas pela FAPESP, relacionadas, por exemplo, a Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Engenharias ou Ciências Agrárias, como anteriormente evidenciado pelo Gráfico 3.

No Gráfico 7 é apresentada a participação relativa da área Administração (APq-R Adm.) no montante de recursos desembolsados para a linha regular de auxílio à pesquisa para todas as áreas do conhecimento (APq-R.) efetuados pela FAPESP entre 1992 e 2015.

Gráfico 7 - Participação relativa da área Administração (APq-R Adm.) no montante de recursos desembolsados para a linha regular de auxílio à pesquisa em geral (APq-R.) efetuados pela FAPESP entre 1992 e 2015.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de FAPESP (2017a) e FAPESP (2016b).

Nota: Valores atualizados pelo IGPM-FGV para dezembro de 2016, tendo como base o mês de dezembro de cada ano.

Observa-se uma modesta participação da área Administração - ainda que apresente uma tendência ascendente, a partir de 2002. Com efeito, a maior proporção é verificada no ano de 1997, com 0,3%, seguida pelo ano de 2015, com 0,26%. Considerando o total de recursos desembolsados ao longo da série histórica em análise (1992-2015), tem-se uma participação relativa da área Administração de 0,07%, índice semelhante para o valor médio do período considerado. Portanto, apesar da evolução crescente, em termos absolutos, a área de Administração tem peso muito baixo na produção de ciência fomentada pelo Estado.

A seguir é apresentada uma análise acerca das instituições sede e pesquisadores responsáveis por Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.) ao longo do período 1992-2015. A análise inicia-se pelos dados referentes às instituições sede e prossegue com dados sobre os pesquisadores responsáveis.

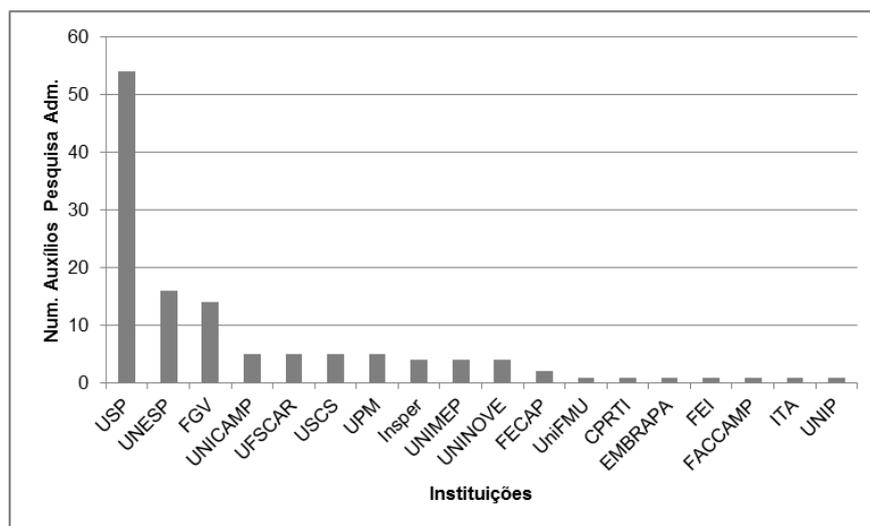
De acordo com as normas operacionais da FAPESP, instituição sede

[...] é a instituição que sedia o projeto e, em geral, a instituição a que se vincula o Pesquisador Responsável. O vínculo não necessariamente é empregatício, mas em qualquer caso é necessário haver uma formalização do vínculo que estabeleça, de forma satisfatória para a FAPESP, os compromissos do Pesquisador Responsável e da Instituição Sede com o projeto. A Instituição Sede deve assumir compromissos com a guarda e acesso de materiais e equipamentos, com apoio institucional ao projeto de pesquisa e sobre a gestão da propriedade intelectual eventualmente criada (FAPESP, 2014).

Considerando o período em análise, foram identificadas 15 instituições sede. Dessas, 14 são Instituições de Ensino Superior (IES) e uma delas um órgão do Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

No Gráfico 8 é apresentado o número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.), segundo instituição sede (1992-2015).

Gráfico 8 - Número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.), segundo instituição sede (1992-2015).



Fonte: Elaboração própria com base em FAPESP (2016a)

De um total de 125 Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.) concedidos entre 1992-2015, 54 (ou 43,2%) tiveram a Universidade de São Paulo (USP) como instituição sede, seguida pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com 16 auxílios (ou 12,8%) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com 14 auxílios (ou 11,2%). Essas três instituições responderam, no seu conjunto, pelo destino de 84 (ou 67,2%) Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.) no período em análise.

Os auxílios concedidos a pesquisadores vinculados à USP estão distribuídos entre seis unidades distintas: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), com 29 auxílios, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), com 17 auxílios, Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), com quatro auxílios, Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), com dois auxílios, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP), e Faculdade de Medicina (FM), com um auxílio cada.

Por sua vez, no caso da UNESP, os auxílios estão distribuídos entre três unidades: Faculdade de Ciências e Letras Araraquara (FCLA), com oito auxílios, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (FCAV) e Campus Experimental de Tupã, com quatro auxílios cada. Para a UNICAMP, são duas as unidades: Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) com dois auxílios e Instituto de Geociências (IG), com um auxílio. No caso da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), os cinco auxílios foram destinados ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Já, para a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), os auxílios foram destinados a pesquisadores da Faculdade de Gestão e Negócios.

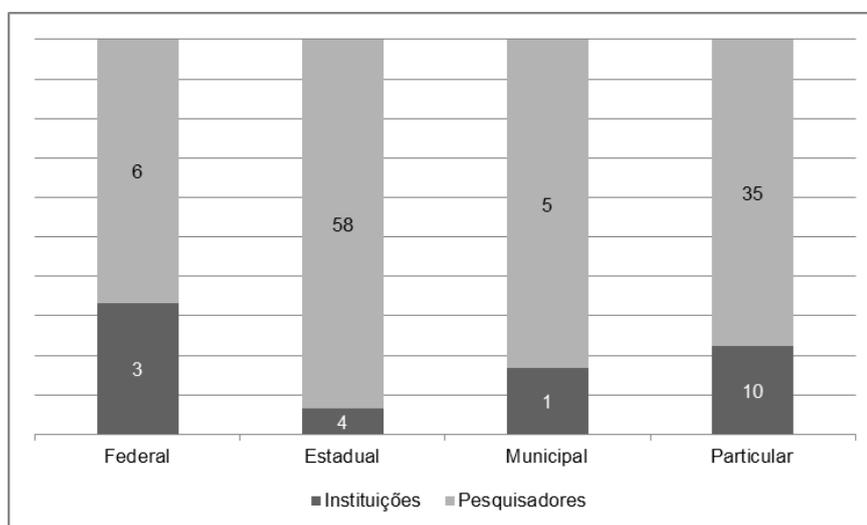
É interessante apontar que os auxílios concedidos abrangem unidades com diferentes vocações, ou seja, não se limitaram às escolas de negócios. Isso indica o caráter interdisciplinar da área e a relevância da sua aplicação para diversas áreas do conhecimento.

A seguir adota-se como recorte de análise o pesquisador responsável (PR), ou seja, o docente/pesquisador que pleiteou e obteve o auxílio a projetos de pesquisa concedidos pela FAPESP, no caso específico, na área administração.

Foram identificados 104 pesquisadores responsáveis (PR), com vínculo com 18 instituições, associados a 125 Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.)

No Gráfico 9 é apresentado o número de pesquisadores responsáveis (PR) por instituição sede (IS). Observa-se que a USP aparece como a instituição sede com maior número de pesquisadores responsáveis por auxílios FAPESP.

Gráfico 9 - Vínculo institucional do pesquisador responsável (1992-2015)

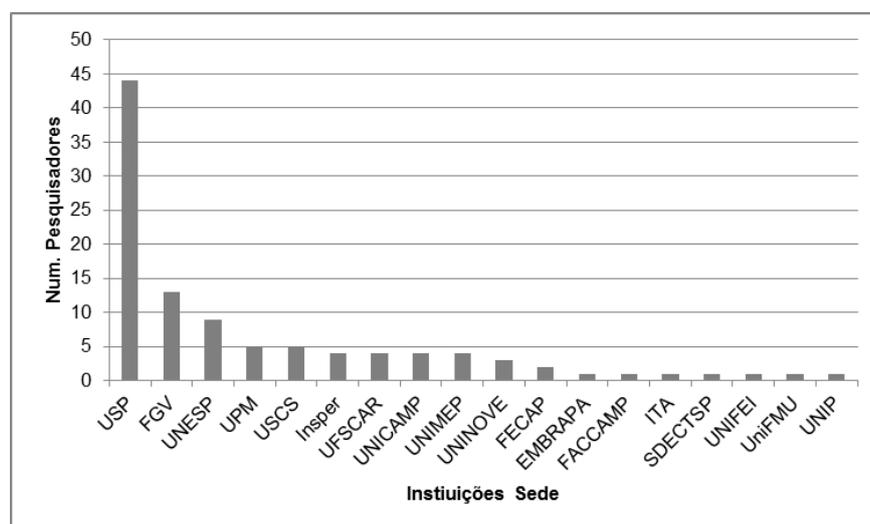


Fonte: Elaboração própria com base em FAPESP (2016a)

Nota: Dois pesquisadores, contemplados com Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm), em duas oportunidades distintas, trocaram de instituição no período analisado. Um deles se transferiu da FGV para a USP e o segundo da UniFMU para a UNINOVE. Assim, são 102 pesquisadores distintos.

No Gráfico 10 é apresentado o número de pesquisadores responsáveis por Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.) concedidos entre 1992-2015 por número de instituições sede, segundo dependência administrativa da mesma.

Gráfico 10 - Número de pesquisadores por número de instituições sede, segundo dependência administrativa da mesma.



Fonte: Elaboração própria com base em FAPESP (2016a)

Percebe-se que as instituições estaduais concentram o maior número de pesquisadores responsáveis por auxílios à pesquisa FAPESP. O que era esperado, dado que são as instituições públicas de ensino superior que detém a tradição de pesquisa no País. No entanto, as instituições particulares aparecem de forma expressiva na condução de atividades de pesquisas da área. Este fato pode ser evidenciado calculando-se a proporção entre pesquisadores responsáveis e instituições sede. Tem-se 14,5 pesquisadores por instituição estadual, cinco pesquisadores na única instituição municipal identificada, 3,5 pesquisadores por instituição particular e dois pesquisadores por instituição federal.

2.1 Indicador de acesso docente (IAD) aos auxílios a projetos de pesquisa regulares Fapesp em administração (APq-R Adm.)

A presente seção tem por objetivo buscar compreender como é a dinâmica de acesso aos auxílios a projetos de pesquisa regulares FAPESP por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Interessa verificar, em especial, o comportamento da área de administração.

Para tanto, foi concebido o Indicador de Acesso Docente (IAD). Esse indicador é calculado pela razão entre o número de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares (APq-R) concedidos pela FAPESP e o número de docentes permanentes de programas de pós-graduação estrito senso reconhecidos e avaliados pela CAPES, oferecidos por Instituições de Ensino Superior paulistas.

O pressuposto que sustenta a lógica de construção desse indicador é que a pós-graduação estrito senso é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de pesquisa e que, portanto, seus docentes permanentes (também pesquisadores) constituem-se em potenciais solicitantes (ou solicitantes “ideais”) de auxílios à pesquisa ofertados por agências de fomento. Para tanto, no caso em questão, o cálculo do indicador abará dados referentes aos anos de 2010 a 2012 (IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂). Esta opção deve-se ao fato de o referido período (2010-2012) estar contido no espectro temporal contemplado pelo presente estudo (1995-2015), visto que a mais recente avaliação nacional dos programas de pós-graduação estrito senso realizada pela CAPES, contemplando o quadriênio 2013-2016, tiveram seus resultados finais publicados apenas em dezembro de 2017.

Coerentemente com o escopo do presente trabalho, os dados utilizados para o cálculo do IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂, referem-se a número de docentes permanentes de programas de pós-graduação estrito senso avaliados e recomendados pela CAPES, no triênio 2010-2012, na área de avaliação “administração, ciências contábeis e turismo”, oferecidos por instituições de ensino superior localizadas no Estado de São Paulo, que acessaram auxílios a projetos de pesquisa regulares concedidos pela FAPESP no período 2010-2012.

Para a construção do Indicador de Acesso Docente para o período 2010-2012 (IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂), foram consolidadas duas classificações. A primeira delas constante na tabela de áreas do conhecimento utilizada pela FAPESP para classificar os desembolsos referentes a bolsas e auxílios e, a segunda, a classificação, baseada em áreas do conhecimento, utilizada pela CAPES para avaliar os programas de pós-graduação estrito senso, segundo “áreas de avaliação”.

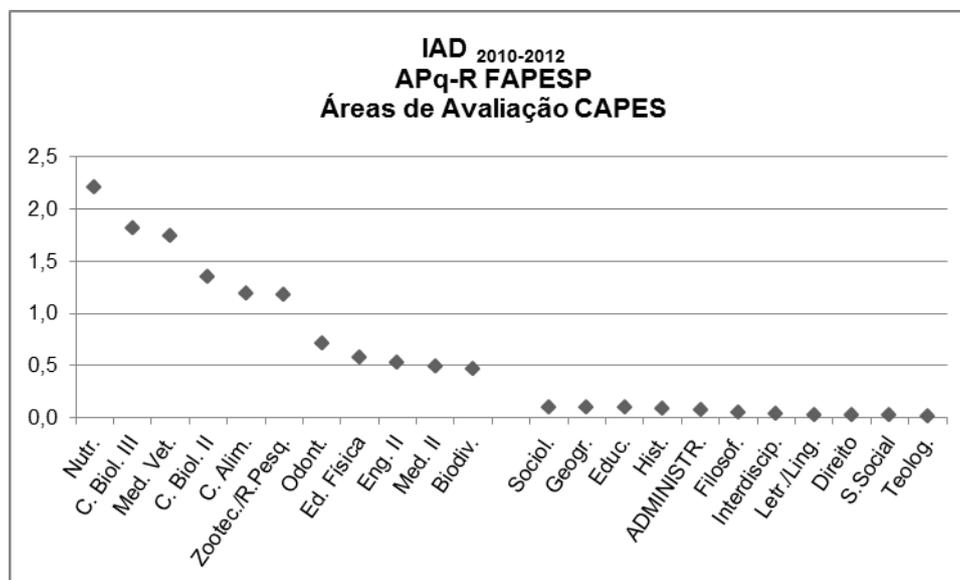
O IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂ expressa, portanto, o número médio de auxílios a projetos de pesquisa FAPESP obtidos por docentes permanentes de programas de pós-graduação estrito senso reconhecidos e avaliados pela CAPES no período 2010-2012 na respectiva área de avaliação.

Assim, após a referida consolidação, os 5.708 auxílios regulares à pesquisa, concedidos entre 2010-2012ⁱⁱⁱ, distribuídos entre 73 áreas do conhecimento utilizadas pela FAPESP, foram redistribuídos entre 44 “áreas de avaliação” definidas pela CAPES^{iv}.

A fim de facilitar a apresentação dos resultados, os valores de IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂ associados às 44 áreas de avaliação foram divididos em quatro partes iguais (ou quartis). No Gráfico 11 estão representadas apenas 22 áreas de avaliação referentes aos quartis superior e inferior de IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂. Assim, os resultados

referentes às demais 22 áreas situadas nos quartis intermediários do IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂, foram deliberadamente omitidos para facilitar a visualização dos resultados.

Gráfico 11 - Indicadores de acesso aos auxílios à pesquisa FAPESP por docentes permanentes de programas de pós-graduação (IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂).



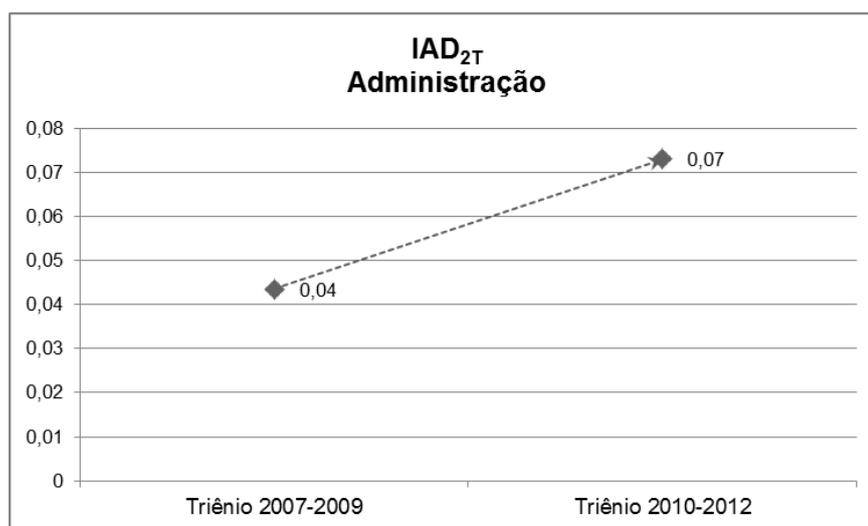
Fonte: Elaboração própria a partir de CAPES (2014) e FAPESP (2016a)

No quartil superior do IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂ encontram-se 11 áreas de avaliação CAPES. No entanto, verifica-se que apenas seis áreas apresentam IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂ maior que um (Nutrição, Ciências Biológicas III, Medicina Veterinária, Ciências Biológicas II, Ciência de Alimentos e Zootecnia e Recursos Pesqueiros). Nota-se que não há participação nesse quartil superior de qualquer área relacionada a ciências humanas e/ou sociais. Há, sim, predominância das chamadas “*hard sciences*”. Sem pretender se aprofundar nessa discussão, talvez o enfoque mais empírico/experimental dessas últimas, que se ocupam de fenômenos físicos ou naturais, dentre outras características distintivas, possa explicar, em parte, o posicionamento dessas áreas no quartil superior.

Por sua vez, a área de avaliação “administração, contabilidade e turismo” encontra-se no quartil inferior, com um IAD₂₀₁₀₋₂₀₁₂ igual a 0,07. Ou seja, os docentes permanentes de programas de pós-graduação estrito senso da área obtiveram, em média, 0,07 auxílio a projetos regulares de pesquisa FAPESP no período em referência.

Inspirado no indicador anterior, o próximo compara o acesso docente a auxílios à pesquisa em dois triênios distintos. No Gráfico 12 é apresentado o indicador (IAD_{2Tr}) de acesso aos auxílios à pesquisa FAPESP por docentes permanentes de programas de pós-graduação estrito senso, no Estado de São Paulo, especificamente para área de avaliação CAPES “administração, ciências contábeis e turismo”, em dois triênios distintos, de modo a permitir verificar a evolução do mesmo entre 2007-2009 e 2010-2012.

Gráfico 12 - Indicadores de acesso aos auxílios à pesquisa FAPESP por docentes permanentes de programas de pós-graduação da área de Administração entre 2007-2009 e 2010-2012 (IAD_{2T}).



Fonte: Elaboração própria a partir de CAPES (2014), CAPES (2014) e FAPESP (2016a)

Observa-se um crescimento no IAD_{2T} de 67,7%. Ainda que expressivo em termos relativos, em termos absolutos os valores são bastante modestos, passando de 0,04 para 0,07 auxílios por docente permanente - ou seja, bem menos que um auxílio por docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FAPESP desfruta no cenário nacional de posição de destaque no fomento à pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Certamente, é a mais expressiva em termos de recursos financeiros dentre as instituições congêneres nacionais. Tem apoiado projetos de grande importância científica e atuado em áreas estratégicas para a ciência, tecnologia e inovação como novos materiais, genômica, meio-ambiente, dentre outros.

No entanto, constata-se neste estudo que a participação de Auxílios a Projetos de Pesquisa Regulares FAPESP em Administração (APq-R Adm.) é bastante modesta, apesar do crescimento sistemático do número de auxílios concedidos no período analisado.

Neste ponto, é importante observar que a CAPES tem elevado o nível de exigência para os programas de pós-graduação em Administração nos últimos anos e, isso pode ter contribuído para o aumento de números de auxílios à pesquisa da FAPESP para a área: a qualidade das pesquisas dos docentes, que geram publicações de alto nível, está diretamente relacionada à qualidade dos projetos de pesquisa e a disponibilidade de recursos para realizá-las. E a forma de atuação da FAPESP tem contribuído para elevar o nível das pesquisas na área, visto que os docentes credenciados nos programas de pós-graduação estrito senso são os principais demandantes desses auxílios.

Assim, espera-se que as evidências apresentadas no presente estudo possam ser úteis para a orientação de estratégias por parte de IES e de programas de pós-graduação estrito senso em administração no Estado de São Paulo visando identificar entraves à apresentação de projetos à FAPESP e promoverem medidas efetivas para ampliar o número de auxílios à pesquisa obtidos. Tais estratégias, e respectivo conjunto de ações, poderiam refletir, tanto na quantidade, como na qualidade das pesquisas realizadas, e engendrar publicações de maior impacto na área.

Como sugestão de futuras pesquisas, de forma a complementar ao presente estudo, caberia verificar, por exemplo, a relação entre solicitações e concessões de auxílios a projetos de pesquisa

regulares para todas as áreas do conhecimento, a fim de se verificar se a situação constatada neste trabalho pode ser atribuída a fatores relacionados à demanda por recursos da parte dos pesquisadores da área ou a fatores relacionados à oferta desses recursos por parte da FAPESP. Complementarmente, caberia analisar o contingente de pesquisadores, potenciais usuários, dos recursos FAPESP em todas as áreas do conhecimento a fim de verificar se há um limite demográfico natural para a área Administração que restringe a ampliação da utilização dos recursos em função do reduzido número de pesquisadores aptos a solicitar recursos da Fundação.

REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento social. In: _____. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, cap. 3, p. 74-98. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/BOOKS/DesenvolvimentoeCrisenoBrasil/04-CapituloIII.pdf> >. Acesso em: 28 maio 2017.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área**. Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo. Brasília, 2016. Disponível em: < <http://avaliacaquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area> >. Acesso em: 29 maio 2017.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Avaliação trienal 2013**. Planilha de Indicadores. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/resultados/planilhas-comparativas>>. Acesso em: 29 maio 2017.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Resultados finais. Trienal 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: < http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/08/Resultados-Finais-Trienal-2010_2.pdf >. Acesso em: 29 maio 2017.
- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2001. 643 p.
- FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Pagamentos (desembolsos) de bolsas e auxílios efetuados: 1992-2016**. São Paulo, 2017a. Disponível em: < <http://www.fapesp.br/10842> >. Acesso em: 27 maio 2017.
- FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Evolução das receitas: 1962-2017**. São Paulo, 2017b. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/9250>>. Acesso em: 28 maio 2017.
- FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Biblioteca Virtual**. Auxílios a projetos de pesquisa regulares. São Paulo, 2016a. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/6/auxilios-regulares/>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Valores dos auxílios à pesquisa regulares contratados pela FAPESP para área Administração no período 1992-2015**. São Paulo, 2016b (planilha fornecida mediante solicitação dos autores ao Sistema de Informações ao Cidadão. Governo do Estado de São Paulo).
- FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Auxílio à Pesquisa - Regular**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/137.phtml>>. Acesso em: 18 jan. 2014.
- FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **Relatório de Atividades 2011**. São Paulo: FAPESP, 2012. 193 p.

FONTANINI, C. A. C. A fenomenologia em pesquisas em administração. In: Congresso Nacional de Educação, 10., Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2011. p. 915-926.

HISTÓRICO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.cra-ba.org.br/Pagina/58/Historico-dos-Cursos-de-Administracao-no-Brasil.aspx>>. Acesso em: 30 out. 2013.

JABBOUR, C.J.C.; SANTOS, F.C.A.; BARBIERI, J.C. Gestão ambiental empresarial: um levantamento da produção científica brasileira divulgada em periódicos da área de administração entre 1996 e 2005. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 689-715, 2008.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 214 p.

MASCARENHAS, A.O.; ZAMBALDI, F.; MORAES, E.A. Rigor, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. **RAE**, São Paulo, v. 51, n.3, 265-279, 2011.

SCIMAGO. **SJR Scimago Journal and Country Rank**. Disponível em <<https://www.scimagojr.com/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda. **Estado de São Paulo: histórico da receita tributária (1994 - dez. 2016)**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rios-da-Receita-Tribut%C3%A1ria.aspx#>>. Acesso em: 27 maio 2017.

ⁱ Em valores referentes a dezembro de 2016, atualizados pelo IGPM/IBGE.

ⁱⁱ Em valores referentes a dezembro de 2016, atualizados pelo IGPM/IBGE.

ⁱⁱⁱ Embora tenham sido concedidos pela FAPESP 5.888 auxílios no período em referência, 180 deles relacionados à área do conhecimento “Medicina”, de acordo com a classificação utilizada pela FAPESP, não puderam ser distribuídos entre as áreas de avaliação CAPES Medicina I, ⁱⁱ ou II por falta de informação sobre a subárea do conhecimento.

^{iv} A CAPES utiliza 49 áreas de avaliação para os de pós-graduação estrito senso. Contudo, na consolidação realizada foram obtidas correspondências dos auxílios FAPESP para 45 delas. Ou seja, não foram encontradas correspondências para as seguintes áreas de avaliação CAPES: biotecnologia, ciências ambientais, ensino e materiais. Ademais, não foram encontradas informações sobre o número de docentes permanentes da área de avaliação CAPES “Comunicação e Informação” para o cálculo do IAD2010-2012.